



**ACÓRDÃO Nº28/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11500/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Jutai.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Jackson Iury Rocha da Silva (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5373/2019-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Jutai. Exercício de 2015.

*Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação. Encaminhamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Jackson Iury Rocha da Silva**, Presidente à época da Câmara Municipal de Jutai, exercício de 2015, nos termos dos arts. 22, III, "b", "c" e 25, da Lei n. 2.423/96, c/c o art. 188, II e § 1º, III, "b", "c" da Resolução 04/02-TCE/AM;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr(a). Jackson Iury Rocha da Silva** no valor de **R\$6.827,19** (seis mil, oitocentos e vinte e sete reais e dezenove centavos), com fulcro no art. 54, III da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 308, V, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº. 25, de 30 de agosto de 2012, pela prática de ato antieconômico e gasto do dinheiro público de forma injustificada pelo gestor, referente à restrição encontrada nas diárias concedidas durante o exercício; que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não



**ACÓRDÃO Nº28/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr(a). Jackson Iury Rocha da Silva** no valor de **R\$13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), com fulcro no art. 54, II da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº. 25, de 30 de agosto de 2012, pelas irregularidades aqui elencadas; que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;
- 10.4. Considerar em Alcance o Sr(a). Jackson Iury Rocha da Silva** no valor de **R\$8.940,00** (oito mil, novecentos e quarenta reais) que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Jutai por descumprimento de/pelas improbidades apontadas;
- 10.5. Determinar** ao setor competente a instauração de Cobrança Executiva no caso de não recolhimento dos valores das condenações, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n. 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução 04/02;
- 10.6. Encaminhar os autos** da Prestação de Contas da Câmara Municipal de Jutai, exercício de 2015, sob a responsabilidade do **Sr. Jackson Iury Rocha da Silva**, para o Ministério Público do Estado do Amazonas, para tomar as providências que entender necessárias, nas esferas civil e penal, para apurar a ocorrência de possíveis atos de improbidade administrativa;
- 10.7. Determinar** ao atual Presidente da Câmara Municipal de Jutai a adoção das seguintes medidas, alertando ao mesmo de que a reincidência poderá causar a irregularidade das próximas contas anuais do Órgão, sem prejuízo da multa correspondente:

**9.7.1.** Que preze pela transparência na gestão fiscal, de forma a fazer constar na prestação de contas de diárias toda a documentação que



**ACÓRDÃO Nº28/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

respalde a viagem efetivada, inclusive os comprovantes de embarque e desembarque e hospedagem;

**9.7.2.** Que observe, com rigor, o estipulado na Lei 8.666/93, sobretudo no que se refere às publicações dos procedimentos licitatórios, bem como a regra de tramitação dos mesmos;

**9.7.3.** Que estabeleça normas e procedimentos com vistas a realizar o controle dos gastos com combustível, determinando a quantidade requisitada para abater do valor contratado, a identificação dos veículos abastecidos, as respectivas notas fiscais, bem como a destinação dos deslocamentos, a fim de evidenciar o interesse público;

**9.7.4.** Que mantenha disponibilizado à sociedade, via internet, em tempo real, as informações da Câmara Municipal de Jutai, conforme determina o art. 48, inciso II, e 48-A da Lei Complementar n.º 101/2000;

**9.7.5.** Observe, com maior rigor, o prazo para envio do RGFIS estabelecido no art. 32, II, alínea h, da Lei n.º 2.423/1996 (redação dada pela Lei Complementar Estadual n.º 120/2013) c/c a Resolução n.º 24/2013-TCE;

**9.7.6.** Que alimentem as informações funcionais dos servidores via SAP (Sistema de Atos de Pessoal) e toda legislação pertinentes à Câmara Municipal de Jutai (art. 8º, da Resolução n.º 16/2009-TCE);

**9.7.7.** Que observe, com rigor, os termos da Resolução n.º 13/2015-TCE/AM;

**9.7.8.** Que respeite rigorosamente os preceitos constitucionais, em especial os limites estabelecidos nos art. 29 e art. 29-A;

**9.7.9.** Que atente aos demais regramentos legais aplicáveis à espécie, em especial os termos da Lei n.º 4.320/64 e da Lei Complementar n.º 101/2000;

**10.8. Determinar** à próxima Comissão de Inspeção que, no ato da futura auditoria nas contas da Câmara Municipal de Jutai, verifique se as medidas recomendadas foram cumpridas, a fim de não ensejar a reincidência das respectivas impropriedades, o que ocasionaria a irregularidade das Contas, com aplicação de multa, nos termos do art. 188, § 1º, III, “e”, da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM c/c o art. 22, § 1º, da Lei n.º 2.423/1996.

**11- Ata:** 1ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 28 de Janeiro de 2020

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**13.1. Auditor presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 4

**ACÓRDÃO Nº28/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza,  
Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Auditor-Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral